

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E O CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

Patrícia R. C. da CUNHA¹

Resumo: A Política Nacional de Juventude têm proposto a criação de políticas públicas calcadas nas concepções alternativas de democracia para formulação de políticas públicas. O conceito de participação política implica em cidadãos informados e engajados na comunidade, ou seja, participativos. As formas e meios pelos quais ocorre a inserção do/a jovem na vida pública são importantes para perceber se os/as jovens se associam à construção das políticas públicas que lhes são destinadas. Nesse sentido, o artigo busca verificar se a participação em fóruns como associação comunitária de moradores, associações estudantis se reflete em maior conhecimento sobre políticas públicas voltadas para juventude no Brasil. Para esse fim, foram analisados dados quantitativos oriundos de *surveys* aplicados junto a jovens adultos de 18 a 29 anos que compõe o banco de dados sobre juventude do IBASE-2008.

PALAVRAS-CHAVES: Juventude. Políticas públicas. Participação política.

ABSTRACT: *The National Youth Policy has proposed the creation of public policies trampled the alternative conceptions of democracy for public policy formulation. The concept of political participation involves citizens informed and engaged in the community, or participatory. The ways and means by which is the insertion of / a youth in public life are important to understand if / girls are associated with the construction of public policies intended for them. In this sense, the article seeks to determine whe ther participation in forums such as community association residents, student associations is reflected to a greater understanding of public policies for youth in Brazil. To this end, we analyzed quantitative data from the surveys applied to young adults aged 18 to 29 years that make up the database on youth IBASE-2008.*

KEYWORDS: *Youth. Public policy. Political participation.*

Introdução

¹ UFPel – Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Sociologia e Política - Departamento de Ciências Sociais. Pelotas – RS – Brasil. 96001-970 - patchavescunha@gmail.com

A Análise de Políticas Públicas tem como objetivo gerar conhecimento sobre os processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Nesse caso, os estudos têm um caráter, sobretudo, descritivo e prescritivo, ou o objetivo de instrumentalizar os chamados *policy makers*, formuladores de políticas. Assim, o conhecimento gerado abrange a elaboração e o processo de decisão das políticas, e por isso tem caráter mais propositivo e/ou prescritivo.

Dessa forma, os resultados produzidos por um sistema político têm se constituído em uma das abordagens tradicionais de investigação da Ciência Política. Assim como a observação do processo e a concepção de uma política desde a percepção de um dado fator enquanto um problema; passando pela mobilização e reconhecimento deste como tal; a transformação desse tema em componente da agenda pública; até a efetiva elaboração de propostas e soluções a serem executadas e analisadas. Significa ainda, dedicar-se ao estudo das relações entre e/ou intra instituições políticas e o processo político, ou mesmo o conteúdo de determinadas políticas públicas. A investigação do conjunto desses aspectos ou de parte deles costuma-se chamar de análise de política.

Portanto, só após a definição dos interlocutores torna-se claro quem são os atores sociais que vão moldar a política pública. Isso não significa dizer que os atores selecionados têm o mesmo entendimento sobre as questões; que tenham uma visão abrangente sobre o tema; ou que compartilhem a mesma visão de mundo ou conjunto de valores políticos e éticos, pelo contrário. Obviamente alinhamentos ideológicos e visões de mundo semelhantes ajudam a compor forças e alianças úteis em momento de tomada de decisões. No entanto, é do debate e da disputa entre os chamados *policy makers*, ou formuladores de política, que serão definidas as concepções e os pontos consensuais sobre os quais as políticas públicas serão instituídas.

Dessa maneira, as políticas públicas podem ser definidas, "como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política

compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos" (RUA, 1998, p.731).

No caso do Brasil, desde o processo de democratização, a sociedade civil tem se organizado para buscar visibilidade para os mais diferentes tipos de problemas políticos. Dessa forma, a implementação da democracia no país implicou transformações nas relações sociais e de poder, reinterpretação de direitos e deveres, revisão de conceitos e exigência de novos códigos de conduta que reconhecessem a pluralidade dos atores, a multiplicidade de organizações e formas de ação, assim como o reconhecimento dessas diferenças enquanto direito. O debate em torno dos interesses, dos conflitos e dos problemas políticos se multiplicaram, fato que tem grande impacto na formulação e constituição de políticas públicas de juventude.

Essa realidade serve de suporte para formulação da hipótese: Quanto maior a participação juvenil em fóruns como associação comunitária de moradores ou sociedade de amigos do bairro, associações estudantis, grêmios, centros acadêmicos ou união de estudantes, maior é o conhecimento sobre políticas públicas voltadas para juventude.

Políticas públicas de juventude

Apesar do debate internacional e da participação do Brasil em fóruns e eventos que discutiam políticas públicas de juventude na década de 1990, na prática, ao contrário do que ocorreu em vários países da América Latina, a repercussão desse debate não se traduziu em políticas públicas de juventude no país. O grande catalisador das atenções no país era o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a construção da representação social deles como sujeitos de direitos e cidadãos. Não se caracteriza, então, uma distinção clara entre adolescência e juventude. Muitas vezes, se acumula nas políticas públicas e serviços da sociedade civil o contingente da infância e da adolescência, que compreende jovens

de no máximo 18 anos (BRASIL, 2007). Uma das consequências desse descompasso em relação ao debate sobre juventude é que o Brasil foi um dos últimos do continente sul-americano a criar uma Política Nacional de Juventude.

As mudanças ocorridas no Estado brasileiro no final do Século XX tiveram como marco a democratização, nos anos 1980, e a liberalização econômica aprofundada, nos anos 1990. Em meio a uma crise da ação do Estado, em consequência da implantação das políticas neoliberais, os gastos sociais foram redirecionados para priorizar os programas focalizados. Programas sociais compensatórios destinados a pobres e grupos vulneráveis, entre eles os/as jovens. Concomitantemente, tem-se o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão que provocam o aparecimento de um novo tipo de ação – os programas de inclusão – que elegem os/as jovens pobres e urbanos como um de seus focos.

Nessa perspectiva, Abad (2003) afirma ser possível falar em política de juventude, se considerada a classificação de Raczynski (1995). Para este autor, a política de juventude está dentro das políticas setoriais ou das categorias de população e/ou em políticas focalizadas, já que as categorias destinatárias se definem a partir de um nível de necessidade, pobreza ou risco. Isso as diferenciou das outras políticas sociais do Estado, as quais, embora possam afetar a situação dos jovens, poder-se-ia pensar que são de porte universal, como as políticas de seguridade social ou de pensões.

Contudo, alinhando-se ao entendimento de Balardini (1999), compreende-se que esses programas, por não se destinarem especificamente aos jovens, não podem ser confundidos com uma política pública de juventude, compreendida como:

[...] toda ação orientada tanto à conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. Trata-se tanto de

políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania (BALARDINI, 1999, p.25-26).

O marco das ações para juventude no Brasil pode ser identificado em 1997, quando ações públicas do governo federal são endereçadas ao segmento específico da juventude. Contudo, destaca-se nessas ações a condição de "risco social" que era atribuída à juventude brasileira (SPOSITO, 2003), relacionando essa população à imagem de violência e delinquência. Tal condição exigia do Estado reconhecimento e respostas para os chamados problemas juvenis. Nesse sentido, a juventude se constitui em problema social, que se instala na esfera pública, gerando conflitos e demandas que afetam a convivência social do todo.

No entanto, apenas nos anos 2000, os/as jovens tornam-se atores sociais relevantes, com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental brasileira. Somente em 2005, o Brasil cria instituições para formular uma política pública de juventude; admitindo os limites institucionais para dar respostas aos conflitos e demandas que ameaçam o crescimento e a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais para essa população. Mediante as pressões internas e externas que apontavam os limites e a ineficiência e/ou insuficiência das respostas do Estado aos problemas juvenis, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi forçado a admitir que as políticas públicas ou programas existentes se mostravam sem coordenação e/ou avaliação. Esse fato dificultava a elaboração de uma estratégia política para a juventude que ultrapasse o âmbito dos mandatos eleitorais. Exatamente porque, apesar de as políticas como a de educação, saúde e geração de emprego e renda estarem entre as políticas públicas que beneficiam os/as jovens, elas não podem ser confundidas com uma política pública de juventude.

Tendo essa situação como pano de fundo, foi criado o Grupo Interministerial ligado à Secretária-Geral da Presidência da República (SGPR), que efetuou o diagnóstico sobre as políticas do governo federal destinadas total ou parcialmente aos jovens. Foram identificados em

2005, pelo Grupo Interministerial de Juventude, 45 Programas federais que atendiam os/as jovens, sendo 131 ações vinculadas aos programas do governo federal e 19 ações específicas ao atendimento da juventude, havendo 18 Ministérios e Secretárias que desenvolviam ações para esse público. Conjuntamente a esse processo, o Grupo Interministerial de Juventude encomendou uma pesquisa com o intuito de traçar o perfil da juventude brasileira. Essa pesquisa compôs o Projeto Juventude, que, além do perfil, envolveu debates regionais e temáticos realizados pelo Instituto Cidadania². A pesquisa foi realizada em 198 cidades do Brasil, demonstrou a existência de transformações nas preocupações e hábitos dos/as jovens.

Enquanto ação efetiva para a criação de uma Política Nacional de Juventude, soma-se à criação do Grupo Interministerial e ao Projeto Juventude o encaminhamento do projeto de lei sobre o Plano Nacional de Juventude (PL Nº. 4.530/2004), estabelecendo as metas e objetivos para melhoria das condições de vida da juventude no Brasil. Um importante desdobramento desse Projeto de Lei é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 394/2005), que procura incluir o termo jovem no Capítulo VII, e dá nova redação ao Artigo 227 da Constituição, que versa sobre a prioridade de direitos para crianças e adolescentes. Dessa forma, se reconhece a especificidade da juventude, e a ampliação do marco etário de 15 a 18 anos, para até 29 anos.

As novas percepções e posturas sobre a juventude propiciaram a criação, em 1 de fevereiro de 2005, da Política Nacional de Juventude (Decreto nº 5.364) demonstrando a necessidade da inclusão desses cidadãos para o planejamento de estratégias de desenvolvimento nacional. As competências da Secretaria Nacional da Juventude sofrem alterações determinadas pelo Decreto 5.849, de 18 de julho de 2006. A Política Nacional de Juventude vai incidir sobre jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de garantir direitos que gerem oportunidades. Nessa nova

² Para uma apreciação mais detalhada do processo de realização e resultados da pesquisa confira: Novaes; Vannuchi (2004) e Abramo; Branco (2005).

concepção política, pretende-se que os atores juvenis tragam modelos e relatos de experiências que sirvam de inspiração para a criação de instituições responsáveis pela implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Tal postura deve ser assegurada e exercida pelas seguintes estruturas governamentais:

- A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que é responsável por articular os programas e projetos em âmbito federal; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com o poder Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas; além de coordenar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e
- O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

Nesse cenário, o papel da participação juvenil tem figurado como conceito chave para inspirar instituições que se organizam na forma de Secretarias da Juventude e/ou Conselhos no Brasil, e na região latino-americana. São novas instituições, que ganham relevância ao procurar conectar instâncias de governos e políticas implementadas em níveis locais ou regionais, que têm apresentado soluções criativas às políticas públicas. No Brasil, mobilizações sociais vinculadas à defesa dos direitos da juventude procuram promover o diálogo junto ao governo para propiciar a integração social desta. Seguindo essa lógica, uma iniciativa importante foi a Conferência Nacional de Juventude, realizada pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates regionais no país, procurando identificar problemas e soluções políticas para a juventude brasileira. Nesse sentido, Sposito e Carrano

(2003) chamam atenção para que não seja feita confusão entre políticas públicas e políticas governamentais. As políticas públicas são desenhadas também por Órgãos legislativos e judiciários; mas, segundo os autores, o elemento diferencial é a presença do aparelho público-estatal na definição, acompanhamento e avaliação de políticas, "assegurando seu caráter público, mesmo que ocorram parcerias em sua realização" (SPOSITO; CARRARO, 2003). A resposta do governo brasileiro aos movimentos sociais denuncia a constituição de outra visão sobre a questão juvenil. A juventude passa a figurar como um vetor de desenvolvimento. Ocorre, então, uma valorização desses cidadãos enquanto sujeitos, capazes de participarem como empreendedores, voluntários, representantes, e/ou diversas outras formas e, assim, promoverem ações para sua integração social diante o quadro de globalização. A tônica nesse caso é a participação social do/a jovem para combater o número de excluídos sociais. A participação cidadã nos processos de discussão, elaboração, gestão e/ou controle das políticas públicas é uma ação que, ao ganhar destaque, tem procurado proporcionar o empoderamento³ dos/as jovens e promovido, com maior ou menor sucesso, a idéia de protagonismo juvenil.

Assim, a forma como os/as jovens se inserem na vida pública e vivenciam sua cidadania associa-se à compreensão do tipo de questão que ameaça ou produz democracia, assim como a constituição das políticas públicas que lhes são destinadas, ou concebidas. Enquanto participantes do processo de construção da política pública, seja ativa ou passivamente, os/as jovens ajudam a definir o real objetivo da política de juventude, não como um mero instrumento de governabilidade, mas como define Touraine (1988, p.78-79): "[...] o principal objetivo de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se

³ Como esclarece Baquero (2006), o conceito de empoderamento, que se vincula historicamente ao de cidadania participativa, pode ser utilizado em diversos níveis (individual, organizacional e comunitário). Pode significar dar poder a outro; ou significar um processo de aquisição de influência e controle da própria vida. Nesse sentido, é um verbete que pode ser e é apropriado por forças políticas antagônicas na justificativa da adoção de modelos diversos para políticas públicas.

como atores sociais, ou seja, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais"

O conhecimento da juventude sobre as políticas públicas

Os partidários da democracia participativa defendem a criação de mecanismos democráticos em comunidades locais, como escolas, clubes e bairros, sem que isso implique em redução do tamanho do Estado-Nação e, portanto, da existência da representação. (PATEMAN, 1992; BACHRAC, 1967). Os novos arranjos institucionais promovido, por exemplo, pela Política Nacional de Juventude no Brasil, onde ocorreria a participação dos/as jovens cidadãos, têm dentre seus objetivos o aprimoramento da representação. Ela aconteceria em conseqüência da qualificação dos/as cidadãos/ãs, que amplificaria o controle sobre os seus representantes. Tais organizações políticas visam, mais do que substituir o sistema representativo, aperfeiçoá-lo e aproximá-lo ao máximo do conceito de democracia como governo do povo.

Nesse sentido, destaca-se a criação do Conselho Nacional de Juventude, pela Secretaria Nacional de Juventude, e a concepção declaradamente participativa que norteia as suas atividades ao promover amplos debates, através das Conferências Nacionais de Juventude, em torno das ações políticas da Secretária. Contudo, como destaca a literatura mais cética sobre os fóruns participativos, mapeada por Côrtes (2006), nem sempre a discussão, representação e deliberação existente nesses espaços contemplam a população mais excluída ou a maioria da população. Como chama atenção Robert Dahl (1990) à condição de extrema desigualdade material, que condiz com a realidade brasileira, não permite que haja livre participação ou um debate entre iguais.

O alerta para situação socioeconômica e outros tipos de discriminação que influenciam na participação e representação existentes nos fóruns participativos é importante para pensar a situação da juventude no Brasil. Uma vez que, a participação cidadã nos processos de

discussão, elaboração, gestão e/ou controle das políticas públicas é uma ação que tem promovido a idéia de protagonismo juvenil (CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M., 2002; KRAUSKOPF, 2000). O conceito de participação política, que se vincula diretamente ao de cidadania participativa, implica em cidadãos informados e engajados na comunidade, ou seja, participativos. As formas e meios pelos quais ocorre a inserção do/a jovem na vida pública são importantes para perceber se os/as jovens se associam à construção das políticas públicas que lhes são destinadas. Nesse sentido, busca-se verificar a hipótese de: Quanto maior a participação em fóruns como associação comunitária de moradores ou sociedade de amigos do bairro, associações estudantis, grêmios, centros acadêmicos ou união de estudantes, maior é o conhecimento sobre políticas públicas voltadas para juventude.

Para verificar a hipótese trabalhada neste artigo foi utilizado o banco de dados criado para pesquisa do IBASE intitulada de "Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional", composto por entrevistados com corte etário a partir de 18 anos. O bloco regional da pesquisa referente ao Brasil é composto por 3.500 entrevistados, sendo 50% dos(as) entrevistados(as) pertencente a faixa de 18 a 29 anos, e 50% de 30 a 60 anos. O instrumento utilizado na coleta foi um questionário estruturado com 50 questões, sendo 46 fechadas (estimuladas) e 4 abertas (espontâneas). As entrevistas tratam de assuntos referentes à participação social, valores, sociabilidade, políticas públicas de juventude, entre outros e foi realizada pelo Ibope, de 16 de agosto a 2 de novembro de 2008.

Dentre os pesquisados, a grande maioria (74,3%) não possui renda familiar superior a R\$ 1.600,00 (em torno de 3 salários mínimos). Deve-se levar em conta nesse caso, que por pertencerem à faixa etária de 18 a 29 anos a maioria dos/as jovens pesquisados trabalha (51.1%); cerca de 7% está procurando trabalho, e 16% estuda e trabalha, mesmo que não seja regularmente, o que se reflete na elevação da renda familiar.

Os quadros a seguir cruzam variáveis de participação política dos/as jovens com a demonstração de conhecimento sobre a existência de projeto do governo direcionado para o jovem no país. Essas operações se destacam porque os testes de associação (χ^2) das variáveis aplicados registram níveis de significância perfeitos ou quase perfeitos (ao nível de $p \leq 0.05$), apontando para confirmação de teorias que propõe a associação entre participação na esfera pública e aquisição de informação (HABERMAS, 1987a; GOULD, 1988).

Quadro 1: Participação em Associação Comunitária, de Moradores, ou Sociedade de Amigos do Bairro *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Associação Comunitária, de Moradores, ou Sociedade de Amigos do Bairro	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	62%	38%	100%
Já participou	68%	32%	100%
Nunca participou	78%	22%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. $n = 1748$ $\chi^2 = 17,671/ p = .00 > 0.05$

A participação juvenil encontrada nesse tipo de instituição é baixa (3,6%) de uma forma geral. No caso dos/as jovens que tem conhecimento de projeto governamental que lhes são destinados registra-se 23,5%. Constata-se que dentre aqueles que não conhecem projeto do governo a maioria nunca participou de uma associação comunitária ou de moradores (78,2%.) Existe um maior conhecimento de projeto destinado aos jovens dentre os que participam (38,1%), o que pode ser observado também através da diferença tanto entre os/as jovens que nunca participaram e não conhecem projeto do governo e os que participam atualmente e não têm conhecimento de projeto do governo, quanto através da diferença entre os que nunca participaram e conhecem projeto e os que participam atualmente e conhecem projeto, cujo percentual é da ordem de 16,3%,

para ambos os casos. Demonstrando que os jovens que participam da associação de moradores ou comunitária detém mais informação sobre projetos do governo destinados à juventude.

Quadro 2: Participação em Grupo de Defesa do Meio Ambiente, ou Ecológico versus Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Grupo de Defesa do Meio Ambiente, ou Ecológico	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	57%	43%	100%
Já participou	64%	36%	100%
Nunca participou	78%	22%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 18.361$ p = .000 > 0.05

O quadro 2, também evidencia que a participação em grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico se associa com a aquisição de conhecimento ou informação sobre políticas públicas de juventude. Nesse caso, chama atenção o fato de os pesquisados participarem muito pouco desse tipo de entidade (1,6%), se considerado que dentre os medos em relação ao futuro os jovens elegeram em primeiro lugar a falta de água no planeta (31,6%). Alguma pista para essa aparente incoerência, talvez, possa ser encontrada na questão que expressa o desejo da juventude em participar desse tipo de organização ou movimento social, pois os grupos de defesa do meio ambiente aparecem em primeiro lugar (35,4%) entre as entidades que os/as jovens gostariam de participar. O que reforça a interpretação de Singer (2005) de que a necessidade de se dedicar ao trabalho não permite tempo hábil para juventude brasileira ter uma participação mais ativa.

É possível perceber um maior conhecimento de projetos voltados à juventude dentre os que já participaram (35,6%), e dos que participam atualmente (42,9) em grupos de defesa do meio ambiente. Se observado

aqueles que nunca participaram e conhece projeto governamental destinado à juventude registra-se 22,1%, e percebe-se uma diferença para o desconhecimento maior de política ou projeto do governo entre quem nunca participou e quem já participou na ordem de 14%. A diferença de conhecimento, entre os que já participaram e aqueles que participam atualmente, é superior em 7,3% para os que participam, sendo que a soma das diferenças em termos de conhecimento ou informação sobre projetos do governo entre quem participa atualmente e quem nunca participou é igual a 20,8%. O cruzamento dessas variáveis também demonstra haver uma associação perfeita entre elas.

No tocante as ONGs ou entidade de defesa dos direitos humanos é possível observar uma associação ao conhecimento de projeto do governo ($p=.001$). Detém conhecimento de projetos governamentais 52,9% dos/as jovens que participam atualmente nesse tipo de entidade; e 34,8% dos que já participaram. Entre os que nunca participaram e conhece algum projeto do governo dirigido aos jovens, registra-se 22,8%. Nesse caso, a diferença entre os que participam atualmente e nunca participaram é de 30,1%. Já entre os que participam atualmente e não conhecem algum projeto do governo é de 5,8%. Aqueles/as jovens que nunca participaram de entidades de direitos humanos e desconhecem projeto do governo que lhes sejam direcionados correspondem a 77,2%.

Outra instituição em que foi verificada a existência de associação entre conhecimento de políticas públicas destinadas a juventude e participação foram os sindicatos e associações profissionais. Nesse caso, é importante lembrar que o carro-chefe da Política Nacional de Juventude nos últimos anos, e que foi amplamente divulgado nos meios de comunicação, tem sido o ProJovem. O programa tem como beneficiários jovens de 18 a 24 anos e os pesquisados tem de 18 a 29 anos, portanto, boa parte dos entrevistados a partir do critério idade, poderia ser beneficiária da política pública. Contudo, um dos critérios para participar do programa é ter o ensino fundamental incompleto, pois o programa se destina ao aumento da escolaridade. Assim, 42% dos pesquisados se

encaixam nesse perfil. O programa, ainda, procura combinar ao aumento da escolaridade a qualificação profissional, portanto, o jovem não pode estar trabalhando, o que o exclui como beneficiário 51% dos que foram pesquisados.

Quadro 3: Participação em Sindicato, Assoc. Profissionais de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Sindicato, Associações Profissionais de Trabalhadores, ou Desempregados	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	59%	41%	100%
Já participou	68%	32%	100%
Nunca participou	76%	2%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n= 1748. $\chi^2 = 13.350/ p = .000 > 0.05$

Observa-se no Quadro 3, que do total dos/as jovens que participam atualmente e participaram de sindicatos e associações profissionais 40,7% conhece algum projeto do governo. Dos que já participaram tem conhecimento 31,6% e daqueles que nunca participou, 22,5%. Já entre os que não conhecem 77,5% nunca participou de entidade alguma. Quem já participou e ignora algum projeto do governo registra 68,4% dos entrevistados; dentre aqueles participam atualmente e desconhece algum projeto identifica-se 59,3% dos/as jovens pesquisados/as. Dessa forma, existe uma associação entre os que participam e detém conhecimento sobre política pública de juventude, através do conhecimento de projetos governamentais para juventude. O teste é significativo apontando uma associação quase perfeita.

As entidades ou grupo em defesa de minorias têm chamado atenção dos/as jovens ao provocar o debate público através de reivindicações por políticas afirmativas que obtiveram algum avanço na sociedade brasileira.

Por exemplo, as cotas nas Universidades Públicas para negros e/ou pobres tem desencadeado acalorados debates no meio universitário. A atuação de grupos como mulheres e homossexuais também têm se organizado para lutar por seus direitos e se somado aos debates em torno da democracia que alertam para necessidade de respeitar e garantir a existência dos grupos de minorias.

Quadro 4: Participação em Entidades, ou Grupo em Defesa de Grupos, ou Minorias *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Entidades, ou Grupo em Defesa de Grupos, ou Minorias	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	52%	48%	100%
Já participou	60%	40%	100%
Nunca participou	77%	23%	100%
Total	77%	24%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 17,553/ p = .00 > 0.00$

Seguindo nesta direção, é possível observar no Quadro 4, que 52,2% daqueles/as jovens que participam em algum desses grupos ou entidades em defesa das minorias não conhece nenhum projeto do governo dirigido para juventude, enquanto entre os que nunca participaram desses grupos, esse valor sobe para 77,4%. Entre os/as jovens que atuam nessas organizações 47,8% tem conhecimento de algum projeto do governo dirigido à juventude, e dentre os que já atuaram esse percentual caí para 39,7%. Já aqueles que nunca participaram desses grupos, apenas 22,6% conhecem algum projeto do governo. Registra-se, ainda, que há associação para participação em entidades e grupos em defesa de grupos, ou minorias, e conhecimento de algum projeto do governo direcionado para jovens no Brasil; e seu teste possui significância elevada.

As instituições como grêmios estudantis apresentaram associação entre participação e conhecimento de algum projeto governamental, ou seja, conhecimento de políticas públicas com significância perfeita para o teste. Destaca-se que apesar da participação da juventude não ser elevada nesse tipo de entidade (2,4%), a porcentagem dos que já participaram (19,7%) é significativa, se considerado que aqueles que cumpriram regularmente seu ciclo de estudos e não adentraram na Universidade aos 18 anos já estão fora da escola e dar atuação em grêmios ou associações estudantis.

É possível perceber no Quadro 5, o registro de conhecimento sobre projeto governamental para juventude entre aqueles que participam, na ordem de 36.6%, ou já participaram em 32,8%, de grêmios estudantis. Confere-se, também, uma diferença de 20,8% para aqueles que nunca participaram desse tipo de instituição. Novamente, é possível perceber um maior conhecimento de projeto governamental daqueles que participam em relação aos que não participam. A diferença entre os que nunca participaram e desconhecem projetos direcionados a juventude (79,2%) e aqueles que participam atualmente, mas que desconhecem projetos governamentais juvenis (63,4%) é de 15,8%, demonstrando que a maior participação proporciona mais informação sobre políticas públicas.

Quadro 5: Participação em Associação Estudantil, Grêmios, C. A., ou União de Estudantes *versus* Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?

Associação Estudantil, Grêmios, Centro Acadêmico, ou União de Estudantes	Você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil?		Total
	Não	Sim	
Participa atualmente	63%	37%	100%
Já participou	67%	33%	100%
Nunca participou	79%	21%	100%
Total	77%	23%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 18,361/ p = .000 > 0.00$

É importante destacar que ao realizar os cruzamentos entre os diferentes tipos de participação e a questão: você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil, foram encontradas associações com significância muito altas para o teste qui-quadrado em todas as formas de participação. Inclusive, a participação em entidades recreativas e esportivas, movimentos rurais e partidos políticos. Mesmo a juventude, se mostrando pouco participativa, sua participação em coletivos de qualquer espécie representa um maior acesso a informação. Dessa forma, os testes e resultados aqui apresentados permitem confirmar a hipótese de que quanto maior a participação da juventude maior é o conhecimento sobre as políticas públicas ou projetos governamentais.

Conclusão

A juventude é um dos atores sociais que vem moldando a política pública no Brasil. Ela tem se organizado para buscar visibilidade para os mais diferentes tipos de problemas e demandado respostas específicas para suas questões.

A criação de instituições para formular uma política pública de juventude no Brasil está embasada em uma nova concepção política. A criação de mecanismos democráticos em comunidades locais, como escolas, clubes e bairros, sem que isso implique em redução do tamanho do Estado-Nação e, portanto, da existência da representação. (PATEMAN, 1992; BACHRACH, 1967) está na base desses novos arranjos institucionais promovido, por exemplo, pela Política Nacional de Juventude no Brasil. Dessa forma, teoricamente a participação dos/as jovens cidadãos têm dentre seus objetivos o aprimoramento da representação e da promoção da cidadania.

O cruzamento do fator participação com o conhecimento de programas do governo voltados à juventude demonstram a associação significativa entre participação social e conhecimento sobre políticas

públicas que podem lhes beneficiar e apresentar uma oportunidade para maior inserção social. Os dados evidenciam (Quadros 1, 2, 3, 4 e 5) que a participação social de uma maneira geral propicia maior conhecimento sobre as políticas públicas existentes. Dessa forma, a associação entre participação e conhecimento sobre políticas públicas voltadas à juventude sugere que a pouca participação da juventude brasileira se reflete na falta de conhecimento sobre as políticas públicas que lhe são destinadas. (Quadros 1, 2 e 3). Tal conclusão aponta para valorização de políticas públicas destinadas a esse público que incentive a participação social.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BACHRACH, P. **The theory of democratic elitism: a critique**. Boston: Little, 1967.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Redes/UNISC**, Santa Cruz do Sul, v.I, n.I, p.125-150, 2006.

BALARDINI, S. Políticas de juventud: conceptos y la experiencia argentina. **Última Década**, Viña del Mar, n.10, p.1-16, mayo 1999.

BRASIL. Estado da questão no Brasil. In: _____. **Juventude e integração sul-americana** caracterizações de situações, tipo e organizações juvenis. Rio de Janeiro: IBASE, 2007. Relatório Nacional do Brasil. Disponível em:
<http://www.ibase.br/userimages/relatoriojuventude08_brasil2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2009.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, jul./dez, 2002. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_4artigo_p19a46.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2009.

CÔRTEZ, S. M. V. Foros participativos y gobernabilidad: una sistematización de las contribuciones de la literatura. In: LUBAMO; COÊLHO; M. (Comp.). **Diseño institucional y participación política: experiencias en el Brasil contemporáneo**. Buenos Aires: Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

DAHL, R. A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GOULD, C. **Rethinking democracy: freedom and social co-operation in politics, economy, and society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987a.

KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Comp.). **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.119-134.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RACZYNSKI, D. **Estrategias para combatir la pobreza en América Latina: programas, instituciones y recursos**. Chile: Cieplan, 1995.

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In:_____. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. 2.v.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.27-35.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, set/dez, 2003.

TOURAINÉ, A. Un mundo que ha perdido su futuro. In: **W.AA. ¿Qué empleo para los jóvenes?** Madrid: Tecnos Unesco, 1988.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

RACZYNSKI, D. La crisis de los viejos modelos de protección social en América Latina: nuevas alternativas para enfrentar la pobreza. In: TOKWAN, V.; O'DONNELL, G. (ORG.). **Pobreza y desigualdade em América Latina**: temas y nuevos desafíos. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999.